



Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2022, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2023 destacou-se por avanços notáveis no mercado de energia, marcando um período de adaptações e crescimento contínuo. O Ambiente de Contratação Livre ("ACL") observou um incremento consistente no consumo de energia, com um aumento de aproximadamente 3% devido às novas migrações, refletindo uma trajetória ascendente no setor. Neste contexto, o consumo no ACL alcançou cerca de 22,5 GWm, o que corresponde a aproximadamente 34% do consumo energético total do país, evidenciando um crescimento em relação ao ano anterior.

Mesmo diante dos desafios relacionados à proximidade da abertura total do mercado, o número de migrações para o ACL manteve uma curva de crescimento expressiva, ultrapassando 6.000 unidades e um aumento superior a 70% comparado a 2022, demonstrando a forte resiliência e adaptabilidade do mercado.

Neste cenário, a diversificação de produtos voltados aos consumidores que ainda estão no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), especialmente no que tange à geração distribuída, assim como o fortalecimento do papel dos comercializadores varejistas, ganham uma relevância crescente.

Diante da abertura iminente do mercado a todos os consumidores do grupo A em 2024, a Companhia se depara com uma oportunidade excepcional de desenvolver e expandir seu portfólio. Além disso, há o compromisso contínuo de assegurar um atendimento de excelência aos clientes, mantendo posição de destaque no mercado de comercialização de energia. Este momento promissor representa um marco importante para a Companhia, que almeja não só preservar sua relevância, mas também liderar as inovações no setor energético.



2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com a Pesquisa Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era que a recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos; de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%.

O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando à desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada em meta contínua houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.

Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, como a aprovação do novo Arcabouço Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024.

Enquanto as expectativas de inflação permaneciam pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de decompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros nas alturas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo que depende mais do crédito houve o



destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis da Americanas no início do ano impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação só começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito às Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central; aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia internacional; o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas, inclusive o real.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no apagar das luzes do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo que o atual e com menor incentivo à litigância, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu *upgrade* da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

3. Desempenho operacional

Vendas de energia:

Em 2023, as vendas de energia para clientes livres e por meio de negociações bilaterais foi de 13.684 GWh, o que representa um aumento de 11,5% (1.407 GWh) em relação a 2022.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. Destacamos que os números abaixo demonstrados são da CPFL Brasil controladora, uma vez que a CPFL Cone Sul uma de suas subsidiárias, é a controladora da CPFL Transmissão. Porém, o EBITDA da CPFL Brasil controladora considera o resultado da CPFL Transmissão via equivalência patrimonial. Os números da CPFL Transmissão estão demonstrados em seu Relatório da Administração Societário e Regulatório, em suas demonstrações financeiras individuais e nas notas de combinação de negócios da CPFL Energia.



Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 2.707 milhões em 2023, representando uma queda de 1,0% (R\$ 26 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 415 milhões em 2023, representando um aumento de 1,0% (R\$ 4 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 2.291 milhões em 2023, representando uma redução de 1,3% (R\$ 30 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA foi de R\$ 618 milhões no ano de 2023, representando uma alta de 53,7% (R\$ 216 milhões), refletindo (i) a redução de 7,1% no custo com energia elétrica (R\$ 167 milhões) e (ii) a consolidação dos resultados da sua subsidiária Cone Sul, via equivalência patrimonial, que representou um aumento de R\$ 87 milhões; . Estes efeitos foram parcialmente compensados pelas seguintes variações: (iii) redução de 1,3% na receita líquida (R\$ 30 milhões); e (iv) aumento de 14,6% (R\$ 7 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros e outros custos/despesas operacionais). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 17,4% (R\$ 5 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 26,2% (R\$ 0,1 milhão) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 32,0% (R\$ 4 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Redução de 32,0% (R\$ 2 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2023	2022
Lucro Líquido	528.981	242.628
Depreciação e Amortização	5.657	5.614
Amortização Mais Valia de Ativos	3.326	3.732
Resultado Financeiro	79.866	167.832
Contribuição Social	0	(4.752)
Imposto de Renda	0	(13.138)
EBITDA	617.829	401.915

*Conforme Resolução CVM nº 156/22

Lucro líquido: a CPFL Brasil apurou lucro líquido de R\$ 529 milhões em 2023, representando uma alta de 118,0% (R\$ 286 milhões), devido (i) ao aumento de 53,7% no EBITDA (R\$ 216 milhões); e (ii) à redução de 52,4% (R\$ 88 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela variação de R\$ 18 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social.

Endividamento: no final de 2023, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Brasil atingiu R\$ 906 milhões, uma redução de 24,4%.



5. Investimentos

Em 2023, foram investidos R\$ 4,8 milhões, destinados principalmente ao aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Brasil desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro de 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 2, 4, 6, 9, 14 em janeiro de 2024. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) foi contratada pela CPFL Brasil para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.



Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de covenants financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Geração agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	341.129	241.699	737.554	566.198
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	236.813	229.283	379.919	345.817
Dividendo e juros sobre o capital próprio	28	29.349	20.409	29.407	21.171
Mútuo entre Coligadas, controladas e controladora	28	53.666	21.745	53.666	82
Títulos e valores mobiliários	6	294.910	-	383.262	46.744
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	30.859	27.218	59.957	58.900
Outros tributos a compensar	8	58.147	40.642	76.895	71.665
Derivativos	30	-	18.473	104	18.473
Estoques		-	-	21.939	38.820
Ativo contratual	11	-	-	656.369	621.150
Outros ativos	10	5.304	2.161	87.178	57.383
Total do circulante		1.050.176	601.629	2.486.250	1.846.402
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	8	9.263
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	8.473	2.876	8.473	3.049
Depósitos judiciais	21	924	1.352	209.743	150.699
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	65	65	65	16.307
Outros tributos a compensar	8	79.293	84.776	79.307	84.790
Ativo contratual	11	-	-	4.780.445	4.103.580
Derivativos	30	-	-	39.027	-
Créditos fiscais diferidos	9	-	-	234	336
Outros ativos	10	1.516	2.338	10.228	5.291
Investimentos	12	3.413.249	3.996.137	570.948	490.026
Imobilizado	13	3.943	3.315	239.735	167.125
Intangível	14	18.190	18.993	667.469	708.844
Total do não circulante		3.525.653	4.109.852	6.605.681	5.739.310
Total do ativo		4.575.829	4.711.481	9.091.931	7.585.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (1)	31/12/2023	31/12/2022 (1)
Circulante					
Fornecedores	15	181.532	169.768	326.322	241.440
Empréstimos e financiamentos	16	372.214	133.322	374.599	137.501
Debêntures	17	-	123.676	16.624	202.927
Entidade de previdência privada	18	-	-	82.977	70.355
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	-	59.723	33.070
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	15.039	18.525	44.357	62.111
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	28	501.070	-	501.070	-
Dividendo e juros sobre capital próprio	28	124.971	57.624	138.161	69.004
Obrigações estimadas com pessoal		2.989	2.833	23.447	18.017
Derivativos	30	32.450	-	32.450	-
Outras contas a pagar	20	15.650	14.319	179.354	105.418
Total do circulante		1.245.915	520.067	1.779.082	939.842
Não circulante					
Fornecedores	15	131.127	132.163	131.127	132.163
Empréstimos e financiamentos	16	266	373.655	400.735	393.208
Debêntures	17	-	109.924	1.708.413	1.067.908
Entidade de previdência privada	18	-	-	664.599	408.023
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	692	646	692	646
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	-	-	7.400	4.921
Débitos fiscais diferidos	9	-	-	531.791	464.578
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	77	12	422.944	367.798
Derivativos	30	-	29.764	20.430	29.764
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	28	-	447.296	-	447.296
Outras contas a pagar	20	6.072	6.603	212.340	221.594
Total do não circulante		138.233	1.100.063	4.100.470	3.537.898
Patrimônio líquido					
Capital social	22	2.382.448	2.382.448	2.382.448	2.382.448
Reserva de capital	22.2	247.892	249.037	247.892	249.037
Reserva de lucros	22.3	391.958	218.298	391.958	218.298
Dividendo	22.5	227.561	-	227.561	-
Resultado abrangente acumulado	22.4	(58.180)	241.567	(58.180)	241.567
		3.191.680	3.091.351	3.191.680	3.091.351
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	20.698	16.621
Total do patrimônio líquido		3.191.680	3.091.351	3.212.378	3.107.971
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.575.829	4.711.481	9.091.931	7.585.712

(1) Veja nota explicativa 2.8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	23	2.291.494	2.321.975	4.092.331	3.742.269
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	24	(2.199.598)	(2.366.721)	(2.202.898)	(2.369.486)
Custo com operação		(18.652)	(17.104)	(241.305)	(363.900)
Depreciação e amortização		(166)	(965)	(16.826)	(39.546)
Outros custos com operação	25	(18.486)	(16.139)	(224.479)	(324.354)
Custo com serviço prestado a terceiros		-	-	(510.058)	(264.406)
Lucro operacional bruto		73.244	(61.850)	1.138.070	744.477
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(252)	(3.044)	1.653	(9.848)
Depreciação e amortização		(3)	(3)	(3)	(3)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(116)	(2.957)	1.789	(9.761)
Outras despesas com vendas	25	(133)	(84)	(133)	(84)
Despesas gerais e administrativas		(42.896)	(34.466)	(240.898)	(107.901)
Depreciação e amortização		(5.488)	(4.647)	(12.798)	(4.805)
Outras despesas gerais e administrativas	25	(37.408)	(29.819)	(228.100)	(103.096)
Outras despesas operacionais		(1.103)	(965)	(29.237)	9.012
Amortização de intangível da concessão		-	-	(33.894)	(31.540)
Outras despesas operacionais	25	(1.103)	(965)	4.657	40.552
Resultado do serviço		28.993	(100.325)	869.587	635.738
Resultado de participações societárias	12	577.066	492.895	124.522	115.713
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	53.903	35.753	132.786	205.407
Despesas financeiras	26	(133.768)	(203.584)	(395.312)	(415.719)
		(79.866)	(167.832)	(262.525)	(210.312)
Lucro antes dos tributos		526.192	224.737	731.584	541.140
Contribuição social	9.4	-	4.752	(53.844)	(66.247)
Imposto de renda	9.4	-	13.138	(148.334)	(183.808)
		-	17.891	(202.178)	(250.055)
Lucro líquido do exercício		526.192	242.628	529.407	291.085
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores				526.191	242.627
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				3.216	48.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	526.192	242.628	529.407	291.085
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	(302.647)	307.811	(302.647)	307.811
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários.	2.900	-	2.900	-
Resultado abrangente do exercício	226.445	550.439	229.660	598.897
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores			226.445	550.439
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores			3.216	48.458



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 Dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção para investimento	Reserva de retenção de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.352.828	-	2.394	5.380	25.520	-	(66.244)	-	1.319.878	1.347.850	2.667.728
Resultado abrangente total											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	242.628	242.628	48.458	291.086
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	307.811	-	307.811	-	307.811
Mutações internas do patrimônio líquido											
Constituição de reserva legal	-	-	12.131	-	-	-	-	(12.131)	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	172.872	-	-	(172.872)	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	368	368
Transações de capital com os acionistas											
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(57.624)	(57.624)	-	(57.624)
Aumento de capital por integralização de AFAC	1.029.620	-	-	-	-	-	-	-	1.029.620	-	1.029.620
Aprovação/Reversão da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.037)	(9.037)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	249.037	-	-	-	-	-	-	249.037	(1.380.309)	(1.131.272)
Combinação de negócios CPFL Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.290	9.290
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.382.448	249.037	14.526	5.380	198.392	-	241.567	-	3.091.351	16.621	3.107.971
Resultado abrangente total											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	526.192	526.192	3.216	529.408
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	2.900	-	2.900	-	2.900
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(302.647)	-	(302.647)	-	(302.647)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Constituição de reserva legal	-	-	26.310	-	-	-	-	(26.310)	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	82.792	-	-	(82.792)	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	-	64.559	-	(64.559)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas											
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(124.971)	(124.971)	-	(124.971)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	227.561	-	(227.561)	-	-	-
Redução de capital de minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(284)	(284)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(1.145)	-	-	-	-	-	-	-	1.145	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.382.448	247.892	40.835	5.380	281.184	64.559	227.561	(58.180)	3.191.680	20.698	3.212.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
1 - Receita	2.711.726	2.736.043	4.772.014	4.408.103
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.706.961	2.733.168	4.742.722	4.186.503
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	4.882	5.832	4.882	5.832
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	22.622	225.528
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(116)	(2.957)	1.789	(9.761)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.450.205)	(2.629.300)	(3.158.436)	(3.114.708)
2.1 Custo com energia elétrica	(2.423.800)	(2.608.269)	(2.429.680)	(2.611.473)
2.2 Material	(1.003)	(1.330)	(8.663)	(6.096)
2.3 Serviços de terceiros	(20.408)	(16.589)	(108.859)	(92.369)
2.4 Custo com Construção	-	-	(510.058)	-
2.5 Outros	(4.995)	(3.112)	(101.175)	(404.770)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	261.521	106.743	1.613.578	1.293.395
4 - Retenções	(5.657)	(5.614)	(63.520)	(75.895)
4.1 Depreciação e amortização	(5.657)	(5.614)	(29.626)	(44.355)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(33.894)	(31.540)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	255.864	101.128	1.550.058	1.217.500
6 - Valor adicionado recebido em transferência	633.695	532.376	269.088	333.845
6.1 Receitas financeiras	56.629	39.481	144.566	218.132
6.2 Equivalência patrimonial	577.066	492.895	124.522	115.713
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	889.560	633.504	1.819.145	1.551.344
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	31.642	26.754	229.738	265.285
8.1.1 Remuneração direta	17.226	16.626	119.712	134.710
8.1.2 Benefícios	12.926	8.687	100.490	95.046
8.1.3 F.G.T.S	1.490	1.442	9.535	35.530
8.2 Impostos, taxas e contribuições	198.532	159.851	664.619	578.661
8.2.1 Federais	11.833	(16.814)	472.054	396.591
8.2.2 Estaduais	186.693	176.658	191.588	181.050
8.2.3 Municipais	7	7	977	1.020
8.3 Remuneração de capital de terceiros	133.193	204.272	395.382	416.312
8.3.1 Despesas Financeiras	133.742	203.554	395.282	415.581
8.3.2 Aluguéis	(549)	718	93	731
8.3.3 Outros	-	-	7	-
8.4 Remuneração de capital próprio	526.192	242.628	529.407	291.086
8.4.1 Dividendos mínimo obrigatório	124.971	-	124.971	-
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	227.561	57.624	227.561	57.624
8.4.3 Constituição de reserva legal	26.310	-	26.310	-
8.4.4 Constituição de reserva de capital de giro	82.792	-	82.792	-
8.4.5 Constituição reserva de lucro a realizar	64.559	-	64.559	-
8.4.6 Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	3.216	-
8.4.7 Lucros retidos	-	185.004	-	233.462
	889.560	633.504	1.819.145	1.551.344



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os trimestres findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos tributos	526.192	224.737	731.585	541.141
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	5.657	4.845	63.520	75.895
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	414	12	27.235	38.210
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	116	2.957	(1.789)	9.762
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	112.934	195.479	318.120	306.270
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	-	53.630	58.469
Equivalência patrimonial	(577.066)	(492.895)	(124.522)	(115.714)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	69	(32)	69	3.619
Outros	-	-	(726.443)	(138.586)
	68.316	(64.897)	341.404	779.066
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(13.243)	20.325	(35.980)	(1.596)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	380.122	72.446	36.815	76.003
Tributos a compensar	(14.201)	(25.018)	34.870	(67.867)
Depósitos Judiciais	516	(190)	(50.275)	(44.841)
Adições de ativos de transmissão	-	-	(547.952)	(229.685)
Outros ativos operacionais	(3.035)	51	607.772	78.242
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	10.728	(33.261)	83.846	2.207
Outros tributos e contribuições sociais	(12.929)	2.499	(65.382)	(14.639)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(89.481)	(83.241)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(360)	(17)	(11.276)	(14.048)
Outros passivos operacionais	957	737	69.773	(48.300)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	416.871	(27.325)	374.134	431.301
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(39.468)	(107.142)	(294.034)	(187.547)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(581)	-	(87.785)	(19.754)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	376.822	(134.467)	(7.686)	223.999
Atividades de investimentos				
Valor pago em combinações de negócios, líquido do caixa adquirido	-	-	-	(1.120.772)
Redução de capital em subsidiárias	480.000	-	-	-
Aquisições de imobilizado	(1.199)	(1.191)	(152.664)	(78.873)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(282.604)	-	(304.373)	-
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	-	-	54.214
Adições de Intangível	(3.638)	(4.682)	(4.833)	(4.722)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(10.000)	-	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(56.504)	(5.737)	(56.504)	(1)
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	27.714	12.876	5.765	9.729
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	153.769	1.266	(512.609)	(1.140.425)
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	284	-
Captação de empréstimos e debêntures	129.408	172.000	1.294.550	2.306.803
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(472.638)	(960.000)	(496.436)	(2.730.366)
Liquidação de operações com derivativos	(30.306)	(32.722)	(49.077)	(32.722)
Aumento de capital	-	1.029.620	-	1.029.620
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(57.624)	(8.523)	(57.671)	(15.575)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(431.160)	200.375	691.650	557.760
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	99.431	67.174	171.356	(358.667)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	241.699	174.525	566.198	924.864
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	341.129	241.699	737.554	566.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional, bem como a participação no capital social de outras sociedades. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A Sede administrativa da Companhia está localizada à Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A CPFL Brasil é uma Companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Controladora”).

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas:

Comercialização de Energia	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. (“CPFL Cone Sul”)	Sociedade limitada	Comercialização de energia e participação no capital social de outras Companhias	Direta 100%
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda. (“CPFL Brasil Varejista”)	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
Transmissão de energia	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão”)	Sociedade por ações de capital aberto	Exploração de concessão de transmissão de energia.	Indireta 100%
Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (“TESB”)	Sociedade por ações de capital fechado	Exploração de concessão de transmissão de energia.	Indireta 97,59%
Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”)	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade constituída com objetivo de participar no capital de outras companhias	Direta 99,95%

1.1 Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia



- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

*Compensando as emissões dos escopos 1, 2

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e também de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil – (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 27 de fevereiro de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de instrumentos financeiros.



2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 10 - Outros ativos;
- Nota 11 - Ativo Contratual;
- Nota 13 - Imobilizado;
- Nota 14 - Intangível;
- Nota 16 - Empréstimos e financiamentos;
- Nota 17 - Debêntures;
- Nota 18 - Entidade de previdência privada;
- Nota 21 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; e
- Nota 30 - Instrumentos Financeiros – derivativos.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos da Companhia utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em atividades de: (i) comercialização de energia (“Comercialização”); (ii) transmissão de energia elétrica (“Transmissão”).



2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

2.8 Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Reclassificação – Aumento de capital por integralização de AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital)

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Companhia, o saldo de R\$ 1.029.620 foi apresentado na linha de AFAC, enquanto deveria ter sido demonstrado na linha de Capital Social, uma vez que houve assembleia geral extraordinária em 23 de novembro de 2022 aprovando tal capitalização. Esta reclassificação foi aplicada retrospectivamente conforme CPC 23/IAS 8, e, portanto, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras de 2022.

Os efeitos são como segue:

	Controlador 2022			Consolidado 2022		
	Originalmente publicado	Ajuste	Nova apresentação	Originalmente publicado	Ajuste	Nova apresentação
Patrimônio líquido						
Capital social	1.352.828	1.029.620	2.382.448	1.352.828	1.029.620	2.382.448
Reserva de capital	249.037		249.037	249.037		249.037
Reserva de lucros	218.298		218.298	218.298		218.298
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.029.620	(1.029.620)	-	1.029.620	(1.029.620)	-
Resultado abrangente acumulado	241.567		241.567	241.567		241.567
	3.091.351		3.091.351	3.091.351		3.091.351
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-		-	16.621		16.621
Total do patrimônio líquido	3.091.351		3.091.351	3.107.971		3.107.971



Originalmente publicado											
Reserva de lucros											
Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção para investimento	Reserva estatutária/Reforço de capital de giro	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.352.828	-	2.394	5.380	25.520	-	(66.244)	-	1.319.878	1.347.850	2.667.728
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	242.628	242.628	48.458	291.086	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	307.811	307.811	-	307.811	
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de reserva legal	-	12.131	-	-	-	-	(12.131)	-	-	-	
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	172.872	-	-	(172.872)	-	-	-	
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	368	368	
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(57.624)	(57.624)	-	(57.624)	
Aumento de capital por integralização de AFAC	-	-	-	-	1.029.620	-	-	1.029.620	-	1.029.620	
Aprovação/Reversão da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.037)	(9.037)	
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	249.037	-	-	-	-	-	249.037	(1.380.309)	(1.131.272)	
Combinação de negócios CPFL Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	9.290	-	9.290	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.352.828	249.037	14.526	5.380	198.392	1.029.620	241.567	-	3.091.351	16.621	3.107.971
Ajustes											
Reserva de lucros											
Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção para investimento	Reserva estatutária/Reforço de	Adiantamento para futuro aumento de	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.352.828	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.029.620	-	-	1.029.620	-	1.029.620	
Aumento de capital por integralização de AFAC	1.029.620	-	-	-	-	(1.029.620)	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.382.448	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nova apresentação											
Reserva de lucros											
Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção para investimento	Reserva estatutária/Reforço de	Adiantamento para futuro aumento de	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.352.828	-	2.394	5.380	25.520	-	(66.244)	-	1.319.878	1.347.850	2.667.728
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	242.628	242.628	48.458	291.086	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	307.811	307.811	-	307.811	
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de reserva legal	-	12.131	-	-	-	-	(12.131)	-	-	-	
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	172.872	-	-	(172.872)	-	-	-	
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	368	368	
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(57.624)	(57.624)	-	(57.624)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.029.620	-	-	1.029.620	-	1.029.620	
Aumento de capital por integralização de AFAC	1.029.620	-	-	-	-	(1.029.620)	-	-	-	-	
Aprovação/Reversão da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.037)	(9.037)	
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	249.037	-	-	-	-	-	249.037	(1.380.309)	(1.131.272)	
Combinação de negócios CPFL Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	9.290	-	9.290	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.382.448	249.037	14.526	5.380	198.392	-	241.567	-	3.091.351	16.621	3.107.971

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Contratos de concessão



Transmissoras:

A transmissora da Companhia é responsável por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, investimentos em construções e melhorias e não somente a passagem do tempo.

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia atribuiu margens para o reconhecimento de receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após alocação das respectivas margens.

Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, esclarece que:

- i. A Companhia atribuiu margens esperadas de construção entre 5% e 29%, antes dos impostos, e de operação e manutenção de até 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens.
- ii. A atualização monetária a do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 13% a.a.
- iii. A companhia monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a e 16% a.a.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.



Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 29). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:



A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).



Para as transações de compra e venda de energia, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela Companhia relacionados a compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 29.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.



3.5 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados na atividade de transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.6 Intangível e Ativo Contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *software* e servidão de passagem .

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:



- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (ii) Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão) em serviço: em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.
- (iii) Uso do bem público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.7 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas provisões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9/ CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At*



Default) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.9 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:



- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela realizada do lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei 6404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado no passivo, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciam nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.



3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de comercialização de energia é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é atendida, isso ocorre a entrega da energia dos contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras;
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita aplicada sobre o montante a receber da receita de construção; e
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens



registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas e coligada registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A coligada registra, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.14 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.



As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.15 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia. Para as coligadas o registro é no momento da aquisição da participação.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Transmissão é consolidada integralmente com a de sua respectiva controlada.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.



Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2023, a companhia adotou as alterações ao CPC 32 / IAS 12 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 / IAS 8 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) / IAS 1 no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1) / IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida pelo IFRS a fim de esclarecer que a Entidade que possuir passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) apenas será afetada pela classificação do passivo para casos em que o atingimento desses índices deva ocorrer até a data do balanço.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2).

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (ISSB) emitiu as suas duas primeiras Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS, a IFRS S1 de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 de Divulgações Relacionadas ao Clima.

A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais de como as Companhias devem divulgar em seu relatório, informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade e que sejam



importantes para tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que possam impactar diretamente nas decisões da empresa.

Já a IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que a IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas.

As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS S1 e a IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas, e não adotará os relatórios de sustentabilidade e clima de forma voluntária e antecipada.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, um passivo liquidado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de mensuração fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

– Imobilizado, intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, intangível e ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

– Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.



(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos bancários	129	190	9.324	4.706
Aplicações financeiras	341.000	241.509	728.230	561.492
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	-	290	-
Títulos de Créditos Privados (b)	341.000	241.509	719.423	561.492
Fundos de investimento (c)	-	-	8.517	-
Total	341.129	241.699	737.554	566.198

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- b) Corresponde principalmente a operações de curto prazo em: (i) CDB’s no montante de R\$ 544.512 (R\$ 459.712 em 31 de dezembro de 2022), (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 64.225 (R\$ 101.780 em 31 de dezembro de 2022). Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,63% do CDI (99,89% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 99,88% do CDI (101,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Através de fundos de investimentos (a)	294.910	-
Aplicação direta (b)	88.360	56.007
Total	383.270	56.007

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,88% do CDI (101,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- (b) Representa principalmente títulos sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate sem perda significativa de valor, com remuneração equivalente de 101,75% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2022).



(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos	Vencidos			Total	Saldos	Vencidos			Total
		vincendos	até 90 dias	> 90 dias			31/12/2023	31/12/2022	vincendos	
Circulante										
Classes de consumidores										
Industrial	64.833	590	3.099	68.523	79.533	67.336	590	3.099	71.025	81.985
Comercial	27.187	92	697	27.976	40.050	27.775	92	697	28.564	40.399
Rural	1.115	-	604	1.719	2.117	1.238	-	604	1.842	2.117
Poder público	3.594	-	-	3.594	35	3.594	-	-	3.594	35
Faturado	96.729	682	4.400	101.812	121.735	99.943	682	4.400	105.025	124.536
Não faturado	-	-	-	-	-	3	-	-	3	-
Parcelamento de débito de consumidores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações realizadas na CCEE	7.641	-	-	7.641	715	7.643	-	-	7.643	925
Concessionárias e permissionárias	129.018	3.006	12.995	145.019	124.449	272.702	3.006	14.624	290.330	247.060
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	233.388	3.688	17.395	254.472	246.899	380.291	3.688	19.024	403.001	372.521
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(17.658)	(17.615)				(23.082)	(26.701)
Total				236.813	229.283				379.919	345.817
Não circulante										
Operações realizadas na CCEE	-	1.376	7.097	8.473	2.876	-	1.376	7.097	8.473	3.049
Total				8.473	2.876				8.473	3.049

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 30 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:



	Controladora	Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 10)	Total
Saldo em 31/12/2021	(15.973)	(19.950)	(7.569)	(27.519)
Provisão revertida (constituída) líquida	(1.642)	(6.751)	(1.685)	(8.436)
Recuperação de receita	-	(1.322)	-	(1.322)
Baixa de contas a receber provisionadas	-	1.322	-	1.322
Saldo em 31/12/2022	(17.615)	(26.701)	(9.255)	(35.956)
Provisão revertida (constituída) líquida	(43)	3.619	220	3.839
Saldo em 31/12/2023	(17.658)	(23.082)	(9.035)	(32.117)

**(8) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	155	-	1.272	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	426	-	3.534	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	30.278	27.218	55.151	58.900
Imposto de renda e contribuição social a compensar	30.859	27.218	59.957	58.900
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	-	-	4.875	14.250
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	25.799	8.556	36.180	22.766
Programa de integração social - PIS	6.059	5.911	6.514	6.229
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	26.289	26.175	28.760	27.659
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	-	336	689
Outros	-	-	230	72
Outros tributos a compensar	58.147	40.642	76.895	71.665
Total circulante	89.006	67.860	136.853	130.565
<u>Não circulante</u>				
Contribuição social a compensar - CSLL	17	17	17	17
Imposto de renda a compensar - IRPJ	48	48	48	16.290
Imposto de renda e contribuição social a compensar	65	65	65	16.307
ICMS a compensar	41	54	55	68
Programa de integração social - PIS	14.137	15.113	14.137	15.113
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	65.115	69.609	65.115	69.609
Outros	-	-	-	-
Outros tributos a compensar	79.293	84.776	79.307	84.790
Total não circulante	79.358	84.841	79.372	101.097

Imposto de renda retido na fonte – IRRF – refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

A CPFL Brasil ingressou com ações judiciais envolvendo a União Federal pleiteando o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, bem como o direito de reaver os valores anteriormente pagos.

Em 2019 e 2021, a maioria das controladas obteve decisão transitada em julgado favorável, registrando ativos de tributos a compensar e passivo com consumidores. Ainda em 2021, tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”.

A partir de 2020 as Companhia começou a compensar os créditos fiscais habilitados junto à Receita Federal do Brasil.



(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Crédito (Débito) de contribuição social		
Bases negativas	58	87
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(140.765)	(122.975)
Subtotal	(140.707)	(122.888)
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	165	245
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(391.015)	(341.598)
Subtotal	(390.850)	(341.353)
Total	(531.557)	(464.242)
Total crédito fiscal	234	336
Total débito fiscal	(531.791)	(464.578)

9.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	32.526	90.349	27.445	76.236
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	398	1.106	721	2.002
Provisão relacionada a pessoal	718	1.996	398	1.101
Derivativos	(2.379)	(6.607)	-	-
CRC NTNB TRANCHE (Ajuste Financeiro)	(6.979)	(19.385)	(6.602)	(18.338)
Atualização Ativo Contratual	(172.726)	(479.795)	(148.513)	(412.535)
Ajuste combinação de negócios	1.157	3.207	4.416	12.267
Outros	6.520	18.111	(840)	(2.333)
Total	(140.765)	(391.015)	(122.975)	(341.598)



(10) OUTROS ATIVOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos - fundação CESP	458	405	-	-	460	405	-	-
Adiantamentos - fornecedores	3	31	-	-	2.915	3.872	-	-
Ordens em curso	-	-	-	-	12.596	19.295	-	-
Serviços prestados a terceiros	-	-	-	-	4.936	17.911	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	-	-	382	1.521	-	-
Despesas antecipadas	1.305	271	86	-	7.502	2.482	86	-
Contas a receber - intercompany	-	-	-	-	25.110	16.528	-	-
Adiantamentos a funcionários	347	271	-	-	(564)	(117)	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	34.442	-	-	-
Outros	3.191	1.183	1.430	2.338	8.433	4.741	10.142	5.291
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 07)	-	-	-	-	(9.035)	(9.255)	-	-
Total	5.304	2.161	1.516	2.338	87.178	57.383	10.228	5.291

Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais - refere-se aos saldos das ordens e projetos de reformas em andamento, relacionados aos equipamentos desinstalados das subestações e linhas de transmissão, os quais passam por uma análise de triagem que, em caso de um parecer técnico favorável pelo seu reaproveitamento, são encaminhados ao processo de reforma e, posteriormente, movimentados para o estoque de investimento.



(11) ATIVO CONTRATUAL

	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	4.170.659
Circulante	787.505
Não circulante	3.383.154
Combinação de negócios	1.397
Receita de Construção (Adições)	323.570
Remuneração	539.496
Amortização	(713.944)
Outros	52.158
Atualização Monetária	351.393
Saldo em 31/12/2022	4.724.730
Circulante	621.150
Não circulante	4.103.580
Receita de Construção (Adições)	842.563
Remuneração	326.498
Amortização	(611.637)
Outros (*)	(12.480)
Atualização Monetária	167.139
Saldo em 31/12/2023	5.436.813
Circulante	656.369
Não circulante	4.780.445

Ativo contratual das transmissoras: Refere-se ao direito à “Receita Anual Permitida – RAP” que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

(*) Outros - O saldo de maior representatividade refere ao efeito da remensuração do ativo de contrato oriundo a revisão tarifária periódica – RTP do contrato de concessão 055/2001, no qual possui como base as receitas futuras associadas a rede de infraestrutura de transmissão.



(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.406.559	3.986.122	564.258	480.011
Investimentos ao custo	2.099	2.099	2.099	2.099
Mais valia de ativos, líquidos	4.529	7.855	4.529	7.855
Ágio de rentabilidade futura	61	61	61	61
Total	3.413.249	3.996.137	570.948	490.026

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital %	31/12/2023			31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
CPFL Cone Sul (*)	2.197.144.146	100,000	2.197.144	3.180.955	455.637	2.875.907	3.545.355	455.637	376.751
Sul Geradora	1.444.068	99,953	1.445	184	15	184	168	15	10
CPFL Varejista (*)	13.565.217	100,000	13.565	14.864	690	14.864	6.283	690	2.221
RGE SUL	1.125.427	10,989	2.853.248	4.985.416	1.150.316	515.605	434.315	124.049	117.646
Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada						3.406.559	3.986.122	580.392	496.627
Amortização de mais valia de ativos						-	-	(3.326)	(3.732)
Total						3.406.559	3.986.122	577.066	492.895

(*) Quantidade refere-se a quota.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 3.326 (R\$ 3.732 em 2022) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

Investimento	Saldo em 31/12/2022	Aumento / Integralização de capital	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/12/2023
CPFL Cone Sul	3.545.355	-	(480.000)	455.637	(303.085)	(342.000)	2.875.907
CPFL Brasil Varejista	6.283	10.000	-	690	-	(2.110)	14.864
Sul Geradora Participações	168	-	-	15	-	-	184
RGE SUL	434.315	-	-	124.049	2.193	(44.953)	515.605
	3.986.122	10.000	(480.000)	580.391	(300.892)	(389.063)	3.406.559



Investimento	Saldo em 31/12/2021	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Outros	Saldo em 31/12/2022
CPFL Cone Sul	(62.437)	2.679.857	376.751	302.147	-	249.037	3.545.355
CPFL Brasil Varejista	4.062	-	2.221	-	-	-	6.283
Sul Geradora Participações	159	-	10	-	-	-	168
RGE SUL	403.859	-	117.646	5.664	(92.854)	-	434.315
	345.643	2.679.857	496.627	307.811	(92.854)	249.037	3.986.122

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
RGE Sul	515.605	434.315	126.838	117.646
CPFL Transmissão	54.772	45.696	1.010	1.799
Comercialização - BBCE	2.099	2.099	-	-
Mais valia de ativos líquidos	4.591	7.916	(3.326)	(3.732)
	577.066	490.026	124.522	115.713

12.2 Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14).

**(13) IMOBILIZADO**

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de “Depreciação e amortização”.

Consolidado							
	Terrenos	Edificações, obras civis e beneficências	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2021	727	3.357	36.169	787	483	52.748	94.271
Custo histórico	727	3.523	39.802	2.553	5.683	52.748	105.036
Depreciação acumulada	-	(166)	(3.633)	(1.766)	(5.200)	-	(10.765)
Adições	-	-	-	-	-	7.723	7.723
Baixas	-	(1.290)	(10.175)	(843)	(2.272)	(1.935)	(16.515)
Transferências	5.621	485	17.958	4.584	18.990	(47.638)	-
Depreciação	(809)	(935)	(30.446)	(3.859)	-	-	(36.051)
Baixa da depreciação	-	440	8.926	1.901	7.551	-	18.818
Combinação de negócios	6.029	9.275	82.381	904	289	-	98.878
Saldo em 31/12/2022	11.568	11.332	104.813	3.474	25.042	10.897	167.125
Custo histórico	12.377	11.994	129.966	7.198	22.691	10.897	195.122
Depreciação acumulada	(809)	(662)	(25.153)	(3.724)	2.351	-	(27.997)
Adições	-	-	-	-	-	151.465	151.465
Baixas	-	-	(670)	(30)	(9)	-	(709)
Transferências	(5.621)	15.265	89.870	52.279	18.304	(160.555)	9.542
Depreciação	(284)	(526)	(14.300)	(112)	(70)	-	(15.292)
Baixa da depreciação	455	(10.691)	(43.396)	(10.251)	(8.516)	-	(72.399)
Saldo em 31/12/2023	6.118	15.380	136.317	45.360	34.751	1.807	239.735
Custo histórico	6.756	27.259	219.166	59.447	40.986	1.807	355.421
Depreciação acumulada	(638)	(11.879)	(82.849)	(14.087)	(6.235)	-	(115.687)
Taxa média de depreciação 2023		2,79%	4,00%	14,29%	6,13%		
Taxa média de depreciação 2022		3,33%	14,89%	14,29%	6,25%		

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2023 e 2022, não houve necessidade de provisão ao valor recuperável.

**(14) INTANGÍVEL**

	Consolidado		
	Adquirido em combinações de negócio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	849.070	27.093	876.163
Custo histórico	849.070	77.472	926.542
Amortização acumulada	-	(50.379)	(50.379)
Adições	-	4.683	4.683
Baixas	(10.826)	3.743	(7.083)
Amortização	(31.540)	(4.554)	(36.094)
Baixa e transferência - outros ativos	(128.824)	-	(128.824)
Saldo em 31/12/2022	677.880	30.965	708.844
Custo histórico	720.246	82.155	802.401
Amortização acumulada	(42.366)	(51.191)	(93.557)
Adições	-	5.059	5.059
Amortização	(33.895)	(11.795)	(45.690)
Incorporação CEEE-T - custo	-	(744)	(744)
Saldo em 31/12/2023	643.985	23.484	667.469
Custo histórico	720.246	86.470	806.716
Amortização acumulada	(76.261)	(62.986)	(139.247)

14.1 Intangível adquirido em combinação de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado				Taxa de amortização anual	
	31/12/2023		31/12/2022		2023	2022
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido		
Intangível adquirido em combinação de negócios						
Intangível adquirido não incorporado						
CPFL Transmissão	686.352	(42.367)	643.985	677.880	4,71%	4,71%
Total	686.352	(42.367)	643.985	677.880		

14.2 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2023 e 2022, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão ao valor recuperável.



(15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>				
Encargos de serviço do sistema	-	-	90	6
Suprimento de energia elétrica	176.508	166.659	175.013	165.232
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	244	-
Materiais e serviços	5.024	3.109	150.976	44.427
Outros	-	-	-	31.775
Total	181.532	169.768	326.322	241.440
<u>Não circulante</u>				
Suprimento de energia elétrica	131.127	131.127	131.127	131.127
Materiais e serviços	-	1.036	-	1.036
Total	131.127	132.163	131.127	132.163



(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado						Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
TJLP	23.731	-	(23.798)	1.392	-	(1.325)	-
Subtotal	23.731	-	(23.798)	1.392	-	(1.325)	-
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	125.410	-	-	9.351	-	(9.351)	125.410
Marcação a mercado	(7.546)	-	-	7.546	-	-	-
Subtotal	117.864	-	-	16.897	-	(9.351)	125.410
Total moeda nacional	141.595	-	(23.798)	18.288	-	(10.676)	125.410
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	403.279	545.603	(252.637)	21.006	(36.235)	(19.393)	661.622
Marcação a mercado	(14.165)	-	-	2.467	-	-	(11.698)
Subtotal	389.114	545.603	(252.637)	23.473	(36.235)	(19.393)	649.924
Total moeda estrangeira	389.114	545.603	(252.637)	23.473	(36.235)	(19.393)	649.924
Total	530.710	545.603	(276.435)	41.761	(36.235)	(30.069)	775.334
Circulante	137.501						374.599
Não Circulante	393.208						400.735



	Consolidado						Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
TJLP	30.314	-	(6.732)	2.050	-	(1.901)	23.731
Gastos com captação	(2.791)	(2.999)	-	5.790	-	-	-
Subtotal	27.523	(2.999)	(6.732)	7.840	-	(1.901)	23.731
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	1.103.814	1.180.000	(2.140.000)	93.609	-	(112.013)	125.410
Marcação a mercado	(7.887)	-	-	341	-	-	(7.546)
Subtotal	1.095.927	1.180.000	(2.140.000)	93.950	-	(112.013)	117.864
Total moeda nacional	1.123.450	1.177.001	(2.146.732)	101.790	-	(113.914)	141.595
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao custo							
Dólar	649.363	-	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
Subtotal	649.363	-	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	239.071	172.000	-	7.999	(9.228)	(6.564)	403.279
Marcação a mercado	(5.969)	-	-	(8.196)	-	-	(14.165)
Subtotal	233.102	172.000	-	(197)	(9.228)	(6.564)	389.114
Total moeda estrangeira	882.465	172.000	(583.635)	5.565	(35.210)	(52.072)	389.114
Total	2.005.916	1.349.001	(2.730.367)	107.355	(35.210)	(165.986)	530.709
Circulante	676.039						137.501
Não Circulante	1.329.877						393.208

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023 os ganhos acumulados não realizados, obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 11.698 (ganho de R\$ 14.165 em 31 de dezembro de 2022), que deduzido as perdas não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 27.181 (R\$ 21.865 em 31 de dezembro de 2022), contratados para proteção da variação cambial (nota 30).



Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantias
		31/12/2023	31/12/2022		
Mensuradas ao custo - moeda nacional					
Pré Fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5%	-	242	2016 a 2023	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
Pós Fixado					
TJLP	TJLP + 3,05%	-	23.489	2016 a 2029	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional - Série B
Subtotal		-	23.731		
Mensuradas ao valor justo - moeda nacional					
Pré Fixado					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Pré fixado de 7,378%	125.410	125.410	2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		-	(7.546)		
Subtotal		125.410	117.864		
Total moeda nacional		125.410	141.595		
Mensuradas ao valor justo - moeda estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,74% a 2,62%	252.303	403.279	2022 a 2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 4,4906%	409.318	-	2023 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(11.698)	(14.165)		
Subtotal		649.924	389.114		
Total moeda estrangeira		649.924	389.114		
Total		775.334	530.709		

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2024	399.125
2025	3.861
2026	3.861
2027	3.861
2028 a 2032	4.108
Subtotal	414.816
Marcação a mercado	(21.609)
Total	393.208

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Modalidade	Montante R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação dos recursos	Encargos Financeiro anual	Taxa efetiva anual
	Total aprovado	Liberado em 2023					
Moeda estrangeira:							
Lei 4.131							
CPFL Brasil	129.408	129.408	Semestral	Parcela única em Junho de 2023	Capital de Giro	USD + 4,8025%	USD + 4,8025%
CEEE - T	416.195	416.195	Semestral	Parcela única em Dezembro de 2025	Capital de Giro	USD + 4,4906%	USD + 4,4906%
	545.602	545.602					



Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exige o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos são os seguintes:

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25
- Patrimônio Líquido dividido pelo patrimônio líquido mais dívida líquida maior ou igual a 0,28.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

**(17) DEBÊNTURES**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Consolidado						
	Saldo em Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Encargos pagos	Saldo em Saldo em 31/12/2023
Mensurado ao custo - pós fixado						
CDI	1.272.928	300.000	(220.000)	163.690	(243.592)	1.273.026
Gastos com emissão (*)	<u>(2.092)</u>	<u>(1.053)</u>	<u>-</u>	<u>577</u>	<u>-</u>	<u>(2.567)</u>
Total ao custo	<u>1.270.836</u>	<u>298.947</u>	<u>(220.000)</u>	<u>177.869</u>	<u>(243.592)</u>	<u>1.270.459</u>
Mensuradas ao valor justo - pós fixado						
IPCA	-	450.000		6.106	-	456.106
Marcação a mercado	-	-		(1.528)	-	(1.528)
Total ao custo	<u>-</u>	<u>450.000</u>		<u>4.578</u>	<u>-</u>	<u>454.578</u>
Total	<u>1.270.836</u>	<u>748.947</u>	<u>(220.000)</u>	<u>182.447</u>	<u>(243.592)</u>	<u>1.725.037</u>
Circulante	<u>202.927</u>					<u>16.624</u>
Não Circulante	<u>1.067.908</u>					<u>1.708.413</u>

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Captação	atualização monetária e MTM	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensurado ao custo - pós fixado					
CDI	226.647	960.000	107.889	(21.608)	1.272.928
Gastos com emissão (*)	<u>(146)</u>	<u>(2.199)</u>	<u>253</u>	<u>-</u>	<u>(2.092)</u>
Total ao custo	<u>226.501</u>	<u>957.801</u>	<u>108.142</u>	<u>(21.608)</u>	<u>1.270.836</u>
Total	<u>226.501</u>	<u>957.801</u>	<u>108.142</u>	<u>(21.608)</u>	<u>1.270.836</u>
Circulante	<u>6.647</u>				<u>202.927</u>
Não Circulante	<u>219.854</u>				<u>1.067.908</u>

(*) Conforme IFRS 9/ CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:



Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2023	31/12/2022		
Mensuradas ao valor justo - pós fixado					
CDI	108,25% CDI	1.273.026	1.272.928	2024	Fiança da CPFL Energia
Total mensurado ao custo		1.273.026	1.272.928		
Mensuradas ao valor justo - pós fixado					
IPCA	IPCA + 6,1774%	456.106	-	2031 a 2033	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(4.095)	(2.092)		
Total mensuradas ao valor justo		452.011	(2.092)		
Total		1.725.037	1.270.836		

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2026	300.000
2027	260.000
2028	350.000
2029	350.000
2030 a 2033	448.413
Total	1.708.413

Adições no exercício

Modalidade	Quantidade emitida	Montante R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Encargo financeiro e taxa efetiva anual
		Liberado em 2023	Liberado líquido dos			
CDI	300.000	300.000	298.947	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026	CDI + 1,20%
IPCA	450.000	450.000	450.000	Semestral	3 parcelas semestrais a partir de outubro de 2031	IPCA + 6,1774% e CDI + 0,619%
		750.000	748.947			

Condições restritivas



As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos são os seguintes:

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A controlada indireta CPFL Transmissão mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

18.1 Características

(i) “Plano CEEEPREV”: O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável.

Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes.

Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, está ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. Sobre o acórdão proferido, as Partes apresentaram no próprio TJRS Embargos de Declaração contra o acórdão de Apelação a fim de obter esclarecimentos, os quais foram desacolhidos. Ato contínuo, todas as partes envolvidas apresentaram recursos Especiais e Extraordinários, respectivamente, ao STJ e



STF. Em juízo de admissibilidade, o TJRS inadmitiu todos os Recursos Extraordinários e Especiais apresentados, com exceção do Recurso Especial apresentado pela Fundação Família Previdência. Ainda, ao Recurso da Fundação Família Previdência, atribuiu-se efeito suspensivo para manter vigentes as cláusulas do regulamento do Plano que atribuem às Patrocinadoras a responsabilidade pelo pagamento integral das contribuições extraordinárias, o qual foi posteriormente revogado. Atualmente, foram apresentados Agravos de Instrumento para subida do Recurso Especial e Extraordinário e pedido liminar de efeito suspensivo ao STJ o qual foi acolhido, determinando até julgamento final do Recurso ESpecial: I) a suspensão da debatida cobrança e/ou pagamento de contribuições no âmbito do Plano CEEEPREV, sem que haja a observância da paridade contributiva; II) admitir a exigibilidade do custeio de metade do déficit constituído anteriormente à prolação da sentença de parcial procedência, suspendendo qualquer bloqueio ou medida constritiva nas contas da requerente, com relação à parte excedente.

Em atendimento as decisões proferidas no Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001 , a controlada, desde março de 2022, vem recolhendo sua contribuição extraordinária de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. Em face da implementação da decisão, a Fundação Família Previdência ajuizou Tutela Cautelar (Processo nº 5179986-58.2023.8.21.0001) na qual requer seja concedida tutela provisória para determinar que o Bannisul promova a execução do Contrato de Garantias em face das Patrocinadoras dos planos de benefício de previdência complementar, conforme termo celebrado entre as partes, transferindo o numerário à conta corrente de titularidade da Fundação, até o limite de R\$ 147.036.919,51, dos quais R\$ 72.430.030,80 são discutidos como dívida da CEEE-T frente ao Plano CEEEPREV. Em análise do pedido liminar, o juiz de primeira instância deferiu a referida medida, limitada a R\$ 145.050.105,01, excluídos os valores da CEEE-G, em face do que a Companhia apresentou o recurso competente. Em 08 janeiro de 2024, abrangido pela decisão liminar concedida pelo STJ na ação nº 5051477-51.2019.8.21.0001, foi proferida decisão que SUSPENDE os efeitos da tutela anteriormente deferida e determinou ao Bannisul o desbloqueio dos valores constrictos.

O valor envolvido na ação judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março/22 a dezembro de 2023 o valor de R\$ 92.075 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado na provisão de perdas do plano.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o risk sharing como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) “Plano Único”: O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária.

(iii) “Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP”: Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.



18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

31/12/2023				
CPFL Transmissão				
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.391.131	3.405	2.421.746	3.816.282
Valor justo dos ativos do plano	(903.617)	-	(1.359.252)	(2.262.869)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	487.514	3.405	1.062.494	1.553.413
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(282.004)	-	(523.833)	(805.837)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	205.510	3.405	538.661	747.576

31/12/2022				
CPFL Transmissão				
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.358.357	3.335	2.252.981	3.614.673
Valor justo dos ativos do plano	(889.288)	-	(1.465.818)	(2.355.106)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	469.069	3.335	787.163	1.259.567
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(274.221)	-	(495.115)	(769.336)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	194.848	3.335	292.048	490.231

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

CPFL Transmissão				
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	1.247.745	3.857	1.901.249	3.152.850
Custo do serviço corrente bruto	(15.067)	-	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigação atuarial	74.329	383	119.399	194.817
Contribuições de participantes vertidas no exercício	31	-	1.378	1.409
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	-	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	197.023	(597)	393.767	(80.459)
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(274.221)	-	(495.115)	(769.336)
Benefícios pagos no ano	(145.704)	-	(193.998)	(340.408)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	1.084.136	3.335	1.757.867	2.845.338
Custo do serviço corrente bruto	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigação atuarial	67.042	328	111.805	179.175
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	866	866
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	113.543	50	274.679	388.272
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(7.783)	-	(28.718)	(36.501)
Benefícios pagos no ano	(147.778)	-	(208.510)	(356.288)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023	1.109.127	3.405	1.897.913	3.010.445



18.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL Transmissão			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	296.140	3.857	498.066	798.063
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	12.703	383	44.598	57.684
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(14.296)	-	(45.700)	(59.996)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	-	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(60.733)	(597)	(19.129)	(80.459)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(22.501)	-	(135.162)	(157.662)
Efeito risk sharing	(16.465)	-	(82.219)	(98.684)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	194.848	3.335	292.048	490.233
Outras contribuições	-	-	(11.855)	(11.855)
Total passivo	194.848	3.335	280.193	478.378
Circulante				70.355
Não Circulante				408.023
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	194.848	3.335	292.048	490.231
Combinação de Negócios	-	-	706	706
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	23.948	328	29.344	53.620
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(32.562)	-	(69.159)	(101.721)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	113.543	50	274.679	388.272
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(86.484)	-	39.760	(46.724)
Efeito risk sharing	(7.783)	-	(28.718)	(36.501)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	205.510	3.405	538.660	747.575
Total passivo	205.510	3.405	538.660	747.575
Circulante				82.977
Não Circulante				664.599

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2024 estão apresentadas a seguir:

	2024
CPFL Transmissão - Plano Único	35.140
CPFL Transmissão - CTP	365
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	106.106
Total	141.611

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2024	2025	2026	2027	2028 a 2033	Total
CPFL Transmissão - Plano Único	139.706	141.507	142.966	144.172	869.822	1.438.173
CPFL Transmissão - CTP	365	356	343	327	1.459	2.850
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	205.571	210.195	215.631	221.281	1.423.901	2.276.579
Total	345.642	352.058	358.940	365.780	2.295.182	3.717.602



18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2023 e 2022 são como segue:

	2024 estimadas			Total
	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Custo do serviço	-	-	(370)	(370)
Juros sobre obrigações atuariais	64.148	313	112.586	177.047
Rendimento esperado dos ativos do plano	(41.332)	-	(63.599)	(104.931)
Total da despesa (receita)	22.816	313	48.617	71.746

	2023 estimadas			Total
	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Custo do serviço	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigações atuariais	67.042	338	111.805	179.185
Rendimento esperado dos ativos do plano	(43.061)	-	(72.386)	(115.447)
Total da despesa (receita)	23.948	338	29.344	53.630

	2022 realizadas			Total
	CPFL Transmissão			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Custo do serviço	(15.067)	-	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigações atuariais	74.329	383	119.399	194.111
Rendimento esperado dos ativos do plano	(46.559)	-	(74.394)	(120.953)
Total da despesa (receita)	12.703	383	44.598	57.684

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Transmissão (Plano Único e CEEEPREV BD)	
	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BREMS sb v.2015 (****)	BR-EMSsb v.2021 MF (-10) (****)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(****) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plano o Plano Único é AT-2000 por sexo.



18.6 Ativos do plano

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Família Previdência			
	CPFL Transmissão			
	Plano Único		CEEEPREV BD	
	2023	2022	2023	2022
Renda fixa	72%	67%	72%	65%
Títulos públicos federais	59%	58%	62%	56%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	4%	1%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	3%	1%	3%
Fundos de investimento multimercado	11%	3%	9%	1%
Renda variável	15%	19%	14%	21%
Fundos de investimento em ações	15%	19%	14%	21%
Investimentos estruturados	8%	7%	10%	9%
Fundos de investimento multimercado	8%	7%	10%	9%
Cotados em mercado ativo	94%	94%	97%	96%
Imóveis	1%	1%	1%	1%
Operações com participantes	3%	3%	3%	4%
Outros ativos	2%	2%	-1%	-1%
Depósitos judiciais e outros	2%	2%	-1%	-1%
Não cotados em mercado ativo	6%	6%	3%	4%
	100%	100%	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	CPFL Transmissão	
	Família Previdência	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Renda Fixa	76%	76%
Renda variável	10%	9%
Imóveis	1%	1%
Empréstimos e financiamentos	3%	3%
Investimentos estruturados	10%	11%
	100%	100%

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33/ IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:



	CPFL Transmissão***			Total
	Aumento (redução)	Plano Único	CEEEPREV BD	
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	26.601	54.541	81.142
	+0,25 p.p.	(25.693)	(52.417)	(78.110)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(40.207)	(51.223)	(91.430)
	-1 ano	39.876	50.132	90.008

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,71%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,46% a.a. e 9,96% a.a.

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da VIVEST e BREMS sb v.2015 (RGE) e BREMS sb v.2021 (CPFL-T) para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

*** Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

18.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente.

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.



(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	47.413	27.849
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	12.310	5.220
Imposto de renda e contribuição social a recolher	59.723	33.070
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	18.270	19.101
Programa de integração social - PIS	2.490	3.363
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	11.584	15.536
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	4.875	-
Outros	7.138	24.111
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	44.357	62.111
Total Circulante	104.080	95.181
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.865	-
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	692	646
Programa de integração social - PIS	70	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	68	-
Outros	4.397	4.921
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	8.092	5.567
Total Não circulante	8.092	5.567

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 21 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

**(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Consumidores e concessionárias	702	165	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	39.965	36.480	5.145	3.961
EPE / FNDCT / PROCEL	1.484	880	-	-
Adiantamentos	5.747	5.740	220	298
Provisão para gastos ambientais	19.394	11.399	38.061	47.493
Provisão do Contrato Oneroso	-	-	50.870	53.087
Provisão para perda em investimentos	-	-	26.297	26.297
Arrendamentos a Pagar	1.298	-	4.528	5.200
Folha de pagamento	7.454	10.438	-	-
Participação nos lucros	6.594	6.376	4.584	3.214
Obrigações com Obras da Transmissão	4.890	6.134	-	-
Contas a Pagar Judicial	9.577	5.629	-	-
Outros Credores	32.077	12.623	2.571	8.227
Outros Benefícios pós emprego	-	-	3.402	3.266
Arrendamento Mercantil	-	-	1.120	1.169
Outros	50.172	9.555	75.542	69.380
Total	179.354	105.418	212.340	221.594

(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	319.973	167.937	262.275	110.693
Cíveis	48.155	-	46.023	-
Fiscais	28.182	38.716	32.866	38.012
Outros	26.635	3.090	26.635	1.995
Total	422.944	209.743	367.798	150.699

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outras está demonstrada a seguir:



Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	262.275	105.491	(72.450)	(10.149)	30.835	316.002
Cíveis	46.023	6.123	(7.084)	(1.119)	1.927	45.869
Fiscais	32.866	1.042	(4.970)	(7)	5.821	34.752
Outros	26.635	-	(314)	-	-	26.321
Total	367.798	112.655	(84.818)	(11.275)	38.583	422.944
Depósitos Judiciais	150.699	62.585	(221)	(298)	(3.022)	209.743

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis - Danos pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e Cofins.
- Outros:** A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

Cíveis

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estavam assim representadas:

	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	
Trabalhistas	268	249	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	8.764	4.677	Danos pessoais e impactos ambientais
Fiscais	152	146	Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 19)
Fiscais - outros	23.823	22.457	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	261	238	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	33.267	27.767	



Trabalhistas:

As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, complementação de proventos de aposentadoria, verbas rescisórias e outras reivindicações).

Cíveis:

As controladas está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, desapropriação e revisão de contratos.

Fiscais:

As ações referem-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais, princiante, a processos em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 78.128.759 ações ordinárias, sem valor nominal.

22.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da CPFL Energia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 1,87 vezes o EBITDA em 2023 (1,88 vezes em 2022), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

22.2 Reserva de capital

O saldo de R\$ 247.892 compreende o saldo aumento por aquisição de participação adicional, pela controladora CPFL Cone Sul, na CPFL Transmissão em 2022 (R\$ 249.037).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.



22.3 Reserva de lucros

O saldo de R\$ 391.958 compreende o saldo das reservas: i) reserva de reforço de capital de giro R\$ 281.184; ii) reserva de lucros a realizar de R\$ 64.559; iii) reserva legal de R\$ 40.835 e iiiii) reserva de retenção de lucros para investimento de R\$ 5.380.

22.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

(i) Efeitos da mais valia atribuído a perdas atuariais, no montante devedor de R\$ 311.996;

(ii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48, no montante credor de R\$ 370.176.

22.5 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	526.192
Dividendos mínimo obrigatório	(124.971)
Dividendos adicional Proposto	(227.561)
Base para destinação	173.660
Constituição de reserva legal	(26.310)
Constituição de reserva de capital de giro	(82.792)
Constituição reserva de lucro a realizar	(64.559)

22.6 Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e em circulação durante os exercícios apresentados.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	526.192	242.628
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	78.128.759	44.363.944
Lucro por ação - básico	6,73	5,47



(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receita de operações com energia elétrica								
Classe de consumidores								
Industrial	2.892	4.031	824.172	1.026.346	2.980	4.144	853.403	1.062.453
Comercial	1.351	1.873	395.268	488.662	1.371	1.887	400.737	492.240
Rural	24	23	6.896	5.505	28	26	8.385	6.406
Serviço público	157	3	47.080	711	157	3	47.080	711
Fornecimento de energia elétrica	4.424	5.929	1.273.415	1.521.224	4.536	6.060	1.309.605	1.561.810
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	5.501	602	-	-	5.501	602
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	8.112	6.119	1.390.860	1.193.643	7.906	5.913	1.368.723	1.164.595
Energia de curto prazo - CCEE	448	260	32.038	15.498	452	271	32.316	16.103
Suprimento de energia elétrica	8.560	6.379	1.428.399	1.209.743	8.359	6.184	1.406.540	1.181.300
Receita de construção da infraestrutura de concessão			-	-			909.778	292.416
Receita com Transmissão			-	-			1.102.696	1.339.783
Outras receitas e rendas			5.147	2.201			36.722	36.722
Outras receitas operacionais			5.147	2.201			2.049.198	1.668.922
Total da receita operacional bruta			2.706.961	2.733.168			4.765.343	4.412.031
Deduções da receita operacional								
ICMS			(186.635)	(176.622)			(191.530)	(181.014)
PIS			(40.819)	(41.842)			(62.786)	(61.924)
COFINS			(188.014)	(192.728)			(288.944)	(285.228)
ISS			-	-			(970)	(1.013)
Reserva global de reversão - RGR			-	-			(216)	(1.407)
Conta de desenvolvimento energético - CDE			-	-			(92.039)	(97.626)
Programa de P & D e eficiência energética			-	-			(10.846)	(9.438)
PROINFA			-	-			(28.598)	(28.528)
Outros			-	-			(4.083)	(3.583)
			(415.467)	(411.193)			(673.012)	(669.762)
Receita operacional líquida			2.291.494	2.321.975			4.092.331	3.742.269

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	182	129	13.563	7.337	189	133	14.167	7.588
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	13.762	12.254	2.410.239	2.600.932	11.240	9.224	2.410.239	2.600.934
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(224.201)	(241.548)	-	-	(224.436)	(241.714)
Subtotal	13.944	12.383	2.199.600	2.366.721	11.429	9.356	2.199.971	2.366.808
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos de serviço do sistema - ESS			(2)	-			283	1.346
Encargos de energia de reserva - EER			-	-			2.943	1.605
Crédito de PIS e COFINS			-	-			(299)	(273)
Subtotal			(2)	-			2.927	2.678
Total			2.199.598	2.366.721			2.202.898	2.369.486

(25) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora											
	Custo de operação		Vendas		Despesas operacionais				Total			
					Gerais e administrativas		Outros					
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
Pessoal	16.391	13.983	-	-	18.533	15.766	-	-	34.924	29.749		
Material	105	108	-	42	219	106	-	-	324	256		
Serviços de terceiros	1.917	1.988	133	37	15.333	11.144	-	-	17.383	13.169		
Outros	72	60	-	5	3.323	2.803	1.103	965	4.498	3.833		
Amendamentos e alugueis	6	-	-	-	(567)	679	-	-	(561)	679		
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	2.862	2.420	-	-	2.862	2.420		
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	683	349	-	-	683	349		
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	(939)	-	-	-	(939)		
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	69	(32)	69	(32)		
Outros	66	60	-	5	345	294	1.034	997	1.445	1.356		
Total	18.486	16.139	133	84	37.408	29.819	1.103	965	57.130	47.007		
	Consolidado											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais				Total	
							Gerais e administrativas		Outros			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
Pessoal	138.100	218.134	-	-	-	-	41.556	15.892	-	-	179.656	234.026
Entidade de previdência privada	53.630	58.469	-	-	-	-	3.961	692	-	-	53.630	58.469
Material	4.806	4.944	-	-	42	3.178	136	-	-	-	7.984	5.022
Serviços de terceiros	27.451	72.870	-	-	133	37	78.226	16.041	-	-	105.810	88.948
Custos com construção da infraestrutura	-	-	510.058	264.406	-	-	-	-	-	-	510.058	264.406
Outros	492	(29.963)	-	-	5	108.140	71.027	(4.657)	(40.552)	100.975	6.162	
Amendamentos e alugueis	138	5.490	-	-	-	-	2.901	2.771	-	-	4.099	6.162
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	94.325	64.922	-	-	94.325	64.922
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	-	(939)	-	-	-	(939)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	495	3.619	495	3.619	
Outros	354	(35.453)	-	-	5	3.953	3.581	(5.153)	(44.171)	(44.171)	(44.171)	
Total	224.479	324.354	510.058	264.406	133	84	228.100	103.096	(4.657)	(40.552)	958.113	651.388



(26) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	42.483	25.352	97.446	68.694
Acréscimos e multas moratórias	636	739	1.483	1.080
Atualização de créditos fiscais	8.013	8.543	8.946	8.543
Atualização de depósitos judiciais	88	94	11.296	13.505
Atualizações monetárias e cambiais	1	-	11.471	115.627
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	647	-	647	-
Juros sobre contratos de mútuo	4.012	3.208	3.663	347
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.727)	(3.728)	(2.939)	(3.937)
Liquidação financeira CCEE	749	1.511	749	1.514
Outros	1	34	25	34
Total	53.903	35.753	132.786	205.407
Despesas				
Encargos de dívidas	(28.105)	(103.018)	(43.233)	(152.442)
Atualizações monetárias e cambiais	(41.390)	(44.666)	(317.117)	(239.415)
Outros	(64.274)	(55.900)	(34.960)	(23.860)
Total	(133.768)	(203.584)	(395.312)	(415.719)
Resultado financeiro	(79.866)	(167.832)	(262.525)	(210.312)

A linha de outros na despesa corresponde principalmente a juros sobre Mútuo.

(27) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de comercialização e transmissão de energia elétrica.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos da Companhia:



2023	Transmissão	Comercialização	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	1.792.452	2.319.968	(20.089)	4.092.331
Custo com energia elétrica	-	(2.222.987)	20.089	(2.202.898)
Custos e despesas operacionais	(510.058)	63.792	-	(446.266)
Custo com serviço prestado a terceiros	1.901	(511.959)	-	(510.058)
Depreciação e amortização	(57.811)	(5.713)	-	(63.524)
Resultado do serviço	(799.189)	1.668.776	-	869.587
Resultado de participações societárias	(261.539)	385.712	349	124.522
Receita financeira	-	132.786	-	132.786
Despesa financeira	(178.176)	(217.136)	-	(395.312)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(1.238.904)	1.970.138	349	731.584
Imposto de renda e contribuição social	662.888	(865.066)	-	(202.178)
Lucro (prejuízo) líquido	(48.244)	577.302	349	529.406

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia que possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

a) Compra e venda de energia e encargos - Refere-se basicamente à compra e venda de energia através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.

b) Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços - Referem-se à principalmente serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

A controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido no CPC 05 (R1), foi de R\$ 4.234 (R\$ 4.247 em 2022). Este valor é composto por R\$ 3.289 (R\$ 3.471 em de 2022) referente a



benefícios de curto prazo e R\$ 84 (R\$ 47 em 2022) de benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo R\$ 861 (R\$ 728 em 2022), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

Empresas	Consolidado								
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa		
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Compra e venda de energia e encargos									
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	1.081	-	-	224	12.724	-	-	
Campos Novos Energia S.A.	-	2.960	347	343	19.824	34.327	2.068	2.015	
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	-	-	-	-	1.718	
Contratos de Mútuos									
SPE Corrente Grande S.A.	-	9.447	-	-	-	346	-	-	

Algumas controladas da Companhia possuem planos de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 Entidade de Previdência Privada.

Transações envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.474	313	2.816	11.483	7.437	7	11.037	2.802
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	588	1	-	-	318	310
Contratos de Mútuos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	53.416	82	501.070	447.296	3.651	1	39	1
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	27.625	27.625	57.624	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	3.524	-	5.882	825	11.816	355.074	123.602	14.438
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	4.666	1.024	3.508	1.534	384.948	18.677	531.875	646.244
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	11.465	-	-	-	-	-	8.882	-

(29) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:



Ramo da apólice	31/12/2023
Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	923.000
Transporte nacional	35.894
Distribuidoras de energia elétrica	30.000
Vidas em grupo e acidentes pessoais	153.017
Seguro Garantia	57.757
Responsabilidade civil dos administradores e outros	450.000
	1.649.669

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre a Companhia e suas controladas. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, de acordo com critérios definidos pela Administração.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível(*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2023		31/12/2023	
				Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	341.129	341.129	737.554	737.554
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	294.910	294.910	383.262	383.262
Derivativos	30	(a)	Nível 2	-	-	39.131	39.131
				636.039	636.039	1.159.947	1.159.947
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	124.169	-	126.552	-
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(a)	Nível 2	248.312	248.312	648.782	648.782
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	-	-	1.725.038	-
Derivativos	30	(a)	Nível 2	32.450	32.450	52.880	52.880
				404.931	280.762	2.553.252	701.662

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7.

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurado ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora; e



- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) consumidores e concessionárias a pagar.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o exercício de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:



Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador dívida	Moeda / Indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
<i>Hedge variação cambial</i>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(30.987)	(30.987)	(26.481)	(4.504)	US\$ + 1,74% a 2,8359%	CDI + 0,61% a 1,02%	fev/23 a dez/24	379.000
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(20.430)	(20.430)	(13.196)	(7.234)	USD + 4,4906%	CDI + 1,25%	12/2025	416.195
Hedge variação índice de preços									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(1.464)	(1.464)	(50)	(1.414)	7,38%	CDI + 0,88%	jun/24	125.000
Debêntures	39.131	-	39.131	(1.202)	40.333	IPCA + 6,1774%	CDI + 0,619%	abr/24 a out/33	450.000
Total	39.131	(52.880)	(13.749)	(40.929)	27.181				
Circulante	104	(32.450)							
Não Circulante	39.027	(20.430)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	10.575	(61.220)	9.716	(40.929)
Para dívidas não designadas a valor justo	-	(6.191)	6.191	-
Marcação a mercado (*)	(21.865)	15.947	33.099	27.181
	(11.291)	(51.465)	49.006	(13.749)

(*) Os efeitos no resultado de 2023 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) 15.947 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2023 e 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
	2023	2022
Varição de taxas de juros	(5.975)	(5.168)
Varição cambial	(61.437)	(45.408)
Marcação a mercado	15.947	(11.095)
	(51.465)	(61.671)



c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

d.1. Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2023 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Receita (despesa) - R\$ mil		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(248.310)		(10.330)	54.330	118.990
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	249.370		10.374	(54.562)	(119.498)
	1.060	baixa dolar	44	(232)	(508)
Total	1.060		44	(232)	(508)
Efeitos no resultado do período			44	(232)	(508)

(a) A taxa de cambio considerada em 31/12/2023 foi de R\$ 4,84 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,04 e a depreciação cambial de 4,16%, referente ao dólar em 31/12/2023.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

d.2. Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:



Instrumentos	Consolidado						Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) - R\$ mil					
			Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável			
Instrumentos financeiros ativos	1.076.806				114.714	81.649	54.433	
Instrumentos financeiros passivos	(501.070)				(50.658)	(37.994)	(25.329)	
Derivativos - swap plain vanilla	(406.392)				(41.086)	(30.815)	(20.543)	
	169.344	baixa CDI	11,65%	10,11%	22.970	12.840	8.561	
Instrumentos financeiros ativos	88.352				3.083	6.699	4.466	
	88.352	baixa IPCA	4,62%	3,49%	3.083	6.699	4.466	
Total	257.696				26.053	19.539	13.027	
Efeitos no resultado do período					26.053	19.539	13.027	

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contratos - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.



31/12/2023	Nota explicativa	Consolidado					Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos		
Fornecedores	15	590	180.584	358	131.127		312.659
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	-	165.383	233.413	29.575		428.371
Derivativos	30	-	-	32.450	-		32.450
Outros		594	91	-	-		685
Consumidores e concessionárias		594	91	-	-		685
Total		1.184	346.057	266.221	160.703		774.165

31/12/2023	Nota explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	15	142.230	180.885	983	133.350	-	-	457.449
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	-	165.383	233.413	376.538	-	-	775.334
Derivativos	30	-	-	32.450	20.430	-	-	52.880
Debentures	17	-	-	16.624	560.000	700.000	448.413	1.725.037
Outros		1.154	91	-	-	-	-	1.245
Consumidores e concessionárias		1.154	91	-	-	-	-	1.245
Total		143.384	346.359	283.470	1.090.319	700.000	448.413	3.011.945

(31) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia estão relacionados a comercialização de energia elétrica.

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia	14	1.778.240	3.214.822	2.688.212	5.692.086	13.373.360
Projetos de construção de usina	6	428.670	395.117	29.345	462	853.594
Fornecedores de materiais e serviços	6	120.262	83.689	27.627	58	231.636
Total		2.327.172	3.693.628	2.745.184	5.692.606	14.458.590

(32) GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, comercialização e transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das Transações envolvendo envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração:

- deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limitantes de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos;
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;



- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados.
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da Companhia:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO da controladora CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas da Companhia estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da controladora CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.



As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 26.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelo segmento de comercialização através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia incorrerem em perdas financeiras por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras e/ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, que são marcadas ao preço de mercado da energia.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das



transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.



DIRETORIA

RICARDO MOTOYAMA DE ALMEIDA
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

YUGEN FAN
Diretor Executivo

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Contábeis
CRC 1SP321353/O-4

**CPFL Comercialização
Brasil S.A.**
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Comercialização Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para empresas de capital fechado, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos

relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração² da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5